

Lei 8666 Atualizada E Comentada Elkras Org

Exercícios resolvidos sobre Licitações Lei 8666/93 Estudantes de Concurso Público
Esta obra trata da atuação do Estado na economia como acionista minoritário, com enfoque especial na realidade brasileira. Em um primeiro momento, são analisadas as possibilidades do uso das participações minoritárias, destacando-se que, embora tidas como propriedade pública sobre parcelas do capital social de empresas privadas, essas participações não configuram, somente, forma de exploração direta da atividade econômica, devendo ser compreendidas como uma técnica jurídica ou uma ferramenta da qual o Estado pode se valer para realizar as diferentes modalidades de intervenção na economia. Nesse sentido, demonstra-se como as participações minoritárias possibilitam a atuação do Estado como empresário, regulador, fomentador e investidor. Em seguida, aprofunda-se nos mecanismos societários que a Administração Pública pode utilizar para que, mesmo como acionista minoritária, possa influenciar a direção das empresas público-privadas, tais como os acordos de acionistas e as golden-shares. A obra discorre ainda sobre a natureza jurídica e as vantagens comparativas da atuação estatal na economia por meio de participações minoritárias, promovendo uma avaliação crítica acerca dos limites a ela impostos e traçando uma distinção entre o uso das participações públicas como opção legítima de atuação na economia versus sua aplicação como burla ao regime jurídico aplicável às empresas estatais, mediante o controle societário disfarçado e a simulação de contratações administrativas. Por fim, o livro aborda a polêmica questão da escolha de sócios privados pela Administração Pública, bem como da incidência de controles públicos sobre as empresas participadas.

Questões comentadas mais de 250 no estilo certa e errada.

UNICORPORE EDITORA

Elaboração de Orçamentos: Um Guia de Apoio à Contratação

Apostilas de Bolso Direito Administrativo

Lei Anticorrupção

Uma visão prática

Licitações para contratação de serviços continuados ou não

Comentários à Lei 12.846/2013

O material é voltado para estudantes de Concurso Público (concurseiros) e composto por exercícios RESOLVIDOS de Licitações Lei 8666 de 1993. Principais assuntos abordados- Modalidades de licitação (Concorrência, Tomada de preços, Convite, Concurso e Leilão)- Das Definições (Projeto básico e executivo entre outras) - Execução direta e indireta - Critérios de desempate- Dispensa e Inexigibilidade de licitações- Habilitações necessárias para participar de processo - Contratos administrativos- Dos crimes e das penas- Inexecução e Rescisão de contratos.- Pregão - Decreto 3555 de 2000 São questões de múltipla escolha e aquelas em que o candidato julga se a afirmação é Certa ou Errada, esse método é utilizado pela organizadora CESPE UNB de Brasília. Além da resolução do exercício a ideia é esclarecer ao máximo os termos e conceitos envolvidos nos enunciados e nas alternativas das questões de múltipla escolha, nem todas as questões foi possível ter esse tipo de abordagem por fugir demais do tema e não agregar nada ao estudo.

Pretende instrumentalizar a administração pública e os participantes dos processos

licitatórios realizados nos diversos entes da Federação. Objetiva permitir a solução de conflitos decorrentes desta relação ainda na esfera administrativa, para evitar a busca do Judiciário.

LEI 8666/93 COMENTADA

Manual prático das licitações

***A inadimplência pública nas compras governamentais e a efetividade dos instrumentos legais de cobrança à disposição do contratado
comentários teóricos e práticos, de acordo com a Lei | ...***

Resumão

Manual Prático de Licitação e Contratos

Direito Administrativo.1 [e-Mídia]

Estude Com Comodidade e Em Qualquer Lugar

Este livro examina a interdependência entre a inadimplência pública nos contratos administrativos de aquisição de materiais e a efetividade dos meios legais de cobrança disponíveis aos contratados. Aborda, em especial, os efeitos das prerrogativas públicas nos contratos administrativos e no Judiciário, sendo nesse último sob o prisma de ações judiciais destinadas à recuperação de valores devidos nesses contratos. Também foi estudada a ordem cronológica de pagamentos prevista no caput do art. 5o da Lei no 8666/93 e no artigo 141 da Lei no 14.133/2021 (nova Lei Geral de Licitações), preceito legal comumente citado pela doutrina como apto à defesa do particular afetado por inadimplência governamental. Em arremate, apresenta duas

sugestões voltadas à mitigação da inadimplência pública contratual: a parametrização legal das melhores práticas regulatórias relativas ao art. 5º da Lei no 8666/93 encontradas pelo estudo e a possibilidade de implementação, pelo Estado, de funcionalidades sistêmicas de monitoramento e combate da inadimplência pública nas plataformas eletrônicas de compras governamentais.

Lei 8666/93 comentada de forma fácil para qualquer concurso. Autora Soraia Guerreiro O livro é composto por exercícios de Licitações sobre Modalidades de licitação (Concorrência, Tomada de preços, Convite, Concurso e Leilão), Projeto básico e executivo, Dispensa e Inexigibilidade de licitações, Contratos administrativos, Habilitações necessárias para participar de processo, Execução direta e indireta, Critérios de desempate, Pregão e Inexecução e Rescisão de contratos. São questões de múltipla escolha e aquelas em que o candidato julga se a afirmação é Certa ou Errada, esse método é utilizado pela organizadora CESPE UNB de Brasília. Nossa preocupação não é apenas em resolver as questões e sim tentar esclarecer ao máximo os termos e conceitos envolvidos nos enunciados e nas alternativas das questões de múltipla escolha, nem todas as questões foi possível ter esse tipo de abordagem por fugir demais do tema e não agregar nada ao estudo, o mesmo foi feito nas questões utilizadas pela organizadora CESPE. O objetivo é auxiliar no estudo daqueles que pretendem prestar os próximos concursos em qualquer área A Gestão e Fiscalização dos Contratos Públicos na Administração Pública

Lei 8,666/93 atualizada até a MP 458/2009

comentários à Lei 8,666, de 21.6.93

LICITAÇÃO SEM COMPLICAÇÃO PARA CONCURSOS

Os recursos no processo licitatório

Licitações à luz da Lei no. 8,666/93

A ideia de organizar uma obra coletiva reunindo reflexões sobre os temas atuais do Direito Público em homenagem ao eminente Doutor Toshio Mukai surgiu da imensa admiração nutrida por estes subscritores, seja em face de sua brilhante trajetória profissional como Professor, Advogado e Jurista, seja em virtude de suas qualidades pessoais, cujos traços marcantes revelam, sobretudo, a sua generosidade, simplicidade e disposição em compartilhar conhecimentos. O amor do Homenageado pelo Direito e pela docência se revela de forma cristalina em sua vida. Nascido na cidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, com escolaridade fundamental realizada na cidade de Suzano – SP, e tendo cursado o ensino médio no Colégio Presidente Roosevelt no município de São Paulo, capital do Estado de São Paulo, posteriormente, cursou ciências jurídicas na Faculdade de Direito da Universidade Estadual da Guanabara, atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Cursou o Mestrado em Direito Econômico e Financeiro na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (20.07.1978) e Doutorado em Direito do Estado na mesma instituição (11.01.1983).

Este livro foi organizado de forma resumida, tratando os itens abordados nos editais de concursos públicos com uma linguagem clara e objetiva. Tem como enfoque exclusivo a Contabilidade

Pública, não tratando os itens da Contabilidade Básica. Destina-se a Contadores, administradores de empresas, economistas, auditores internos e externos, gerentes de recursos humanos, consultores, advogados e demais interessados na Contabilidade Pública. Este livro é direcionado para todos os candidatos formados na área contábil que desejam ingressar na carreira pública através do concurso público na área fiscal ou trabalhar na área privada. O objetivo é atingir o graduado na área contábil. É um manual prático e fácil destinado a candidatos a concursos públicos da área fiscal, principalmente Bacen, Esaf (auditor fiscal e técnico do Tesouro Nacional), INSS, Tribunal de Contas, contador (Estados e Municípios) e outras carreiras públicas. Indicado também para a disciplina Introdução à Contabilidade dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, Administração e Economia. O autor espera que esta obra possa contribuir para que os candidatos alcancem seu tão almejado objetivo. Que esta obra venha a atender aos anseios de todos àqueles que almejam ingressar na carreira pública.

O livro aborda aspectos pertinentes à comprovação da capacidade técnica-operacional nos certames licitatórios, analisando-se o atual cenário jurisprudencial em face do veto presidencial relativo à alínea b do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei n. 8666/93.

ação judicial e ordem cronológica de exigibilidades dos pagamentos públicos

Exercícios resolvidos sobre Licitações Lei 8666/93

Licitações

lei no 8666/93, com a redação da lei

Lei no. 8,666, de 21-6-93 (comentada)

A Capacidade Técnica-operacional Nos Certames Licitatórios: Análise Teórica E Prática

O Novo Estatuto Jurídico Das Licitações E Contratos Públicos

Em sentido amplo, o direito administrativo pode ser conceituado como um ramo do Direito Público Interno que tem como objeto a busca pelo bem comum da coletividade e pelo interesse público. Contudo, na doutrina brasileira, o conceito de Direito Administrativo é tema de grande divergência. Essa polêmica decorre de uma definição clara quanto ao seu objeto, que vem sendo sistematicamente ampliado, modificado, ou mesmo reduzido em alguns pontos, em virtude de novos anseios da sociedade, como também mutações estatais que foram vivenciadas nas últimas décadas. E é Aqui que Você verá isso e Muito Mais!

Sumário - 1. Introdução - Definições; Premissas; Regimes de Contrato; Contratação; Lei 8.666/93; 2. Casos Reais - Orçamentos de Estrada de Serviços; Orçamentos para Beneficiados de Metal; 3. Conceitos Fundamentais - Mão-de-Obra; Encargos Sociais; Equipamentos; Insumos e Materiais; Despesas Indiretas; Administração Central; Margem Bruta (Lucro); Custo Financeiro; Impostos e Taxas; 4. Modelo Prático; 5. Preços Unitários; 6. Fontes de Informação; 7. O Uso da Informática; 8. Planilhas Sugestivas; 9. Terceirizar X Executas; 10. Noções de Contratos Internacionais; 11. Auditoria de Contratos; 12. Anexo.

"A Lei 12.846/2013, batizada como Lei Anticorrupção, enfatiza a responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira. Trata-se de

instrumento jurídico fundamental para atingir os corruptores. Constrói o microssistema de combate à corrupção, integrado por outras importantes leis, como a Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações) e a Lei 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). Descortinam-se, a partir dela, radicais mudanças na cultura da atividade empresarial no Brasil. Suas disposições instam, por exemplo, a adoção de atividades de compliance por parte das pessoas jurídicas que funcionam como players da economia. Assim, os comentários ora efetuados em relação aos 31 artigos da Lei Anticorrupção constituem atualização obrigatória para todos os profissionais de direito, economia e administração de empresas, avançando sobre temas cuja pesquisa é vanguardeira, senão inédita."

Eficácia nas licitações e contratos

Possibilidades e Limites

O novo estatuto jurídico das licitações e contratos públicos

Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública

Licitação passo a passo

Lei das licitações, princípios e situações de fraude e corrupção nas licitações

Licitações e contratos da administração pública

Esta obra visa demonstrar de forma concisa e crítica as inovações no ordenamento jurídico brasileiro no âmbito das licitações e contratações públicas instauradas pela lei 12462/11. Esta lei instituiu o

regime diferenciado de contratação traduzindo modernização, desenvolvimento sustentável e transparência ao sistema vigente. Desta forma, serão apresentadas justificativas em prol do reconhecimento da constitucionalidade do regime diferenciado de contratação públicas como nova modalidade de licitação.

Objetivo deste livro é apresentar uma proposta metodológica para a implementação de um processo de controle dos serviços e materiais contratados pela Administração Pública que, em função de sérios problemas administrativos relacionados à qualificação dos serviços e materiais, em razão de restrições financeiras, tem comprometido as estruturas de contratação e manutenção de pessoal no serviço público.

CONCURSO PARA O TRIBUNAL FEDERAL DA 2ª. REGIÃO - TRF RJ SAIA NA FRENTE ESTUDANDO OS RESUMÕES DAS LEIS 8.112/90 - REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS; LEI 8.429/92 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA; E LEI 8.666/93 - LICITAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INVESTIR EM CONHECIMENTO É O MELHOR NEGÓCIO.

Comentários Aos Crimes Previstos Na Lei 8.666/1993

comentários, teoria e prática Lei n. 8.666/93

Temas atuais de direito público: estudos em homenagem ao professor Toshio Mukai

Exercícios Resolvidos De Licitação

comentários aos dispositivos que versam sobre Licitação da Lei n. 8.666/93, com nova redação

Contabilidade Pública

A Atuação do Estado na Economia como Acionista Minoritário

Imbuídos pela necessidade de poder estudar em qualquer lugar e a qualquer

momento, nossa equipe decidiu criar esta apostila de bolso que poderá acompanhá-lo em qualquer lugar. Ou seja, no ônibus, no carro, no intervalo e no travesseiro você poderá estudar sem que aquele incômodo que as pesadas apostilas deixam ao longo do tempo. Assim sendo, se a sua necessidade é se preparar para um concurso público no Brasil, uma das principais matérias é o direito administrativo, além do direito constitucional e da língua portuguesa, que são as chamadas bases dos concursos e que todo concurseiro que se preze deve dominar. Este material aborda os principais assuntos do direito administrativo que caem nas provas de concursos públicos em todo o Brasil como os aspectos básicos do direito administrativo, as leis 8112-90 (estatuto dos servidores públicos federais) e a lei 8666-93 (lei das licitações). Acima de tudo, esta coletânea adveio após longa pesquisa realizada em provas de concursos, em que foram escolhidas a dedo as questões mais presentes cobradas em todas as provas, todas reunidas neste resumo prático em que você poderá estudar em qualquer lugar, e deitado inclusive, sem aquele peso que as grandes apostilas causam, e que não focalizam a sua atenção, já que elas contém arroubos desnecessários e como resta pouco tempo para o concurso, melhor focalizar no mais importante.

Este Resumo da Lei 8.666/93, sobre Licitação na Administração Pública, foi elaborado para quem vai fazer o concurso do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo). Se você candidato, é do Rio de Janeiro ou do Espírito Santo, ou talvez de qualquer Estado do Brasil que deseje um emprego seguro e sólido para toda a vida, esta apostila é para você! Este concurso está

previsto para sair no segundo semestre deste ano, conforme anunciou o presidente da comissão do concurso para técnicos e analistas do órgão, juiz Carlos Guilherme Lugones. Segundo revelado pela autoridade, o edital terá vagas de cadastro reserva para os cargos de nível médio e superior. Esta Apostila resumo também contém exercícios para treino e é indispensável também a todos os servidores públicos, de modo geral, bem como para todos aqueles que militam no direito administrativo. É leitura indispensável para aqueles que almejam sucesso em concursos públicos, operadores do direito, magistrados, advogados, servindo, pois, de instrumento e fonte de consulta, subsidiando pareceres e decisões, inclusive do STF e do TCU. Categorias: Ciência Forense, Guias De Est
O presente livro possui o escopo de abordar os crimes disciplinados na Lei 8.666 de 1993.

análise dos fatores competitivos

Contratando sem licitação

alterada pela Lei no. 8,883 de 08.06.94

Licitações & contratos administrativos

G.K. Hall Bibliographic Guide to Latin American Studies

Licitação sem complicação para concursos

Resumão 3 Em 1 - Trf Rj 2a.região

O trabalho analisa as modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/93 (Lei de Licitações) frente à nova modalidade criada pela Lei n.º 10520/02 (Lei do Pregão). Elenca as principais modalidades previstas de licitação, define-as e compara-as com a modalidade de pregão criada. Assimila a tecnologia

no apoio à realização do pregão para definir sua forma eletrônica. Traça o funcionamento das principais modalidades licitatórias para, com base nos dados governamentais obtidos, indicar os fatores competitivos envolvidos. Objetiva solucionar as indagações acerca das vantagens e desvantagens de seu uso perante as finalidades sociais ambicionadas pelo ente governamental, quais sejam, diminuição de caracteres burocráticos, redução de custos, agilização do sistema, flexibilidade, publicidade e, principalmente, transparência nos procedimentos de contratação efetuados pelo Estado. Por fim, o estudo traz indicativos de que a Administração Pública vem conseguindo atingir seus intentos por meio de redução dos preços, prazos e recursos humanos, assim como o aumento dos fornecedores e das entidades que se utilizam do sistema. This work analyses auction forms due to the Law n.º 8,666/93 (Bid Law) in opposition to the new form created by the Law n.º 10,520/02 (Proclamation Law). Describes the main forms of auction, defining and comparing them with the new form of auction created. Assimilates the technology as a support for the proclamation, defining its electronic system. Establishes the main bid forms operation, using the government data obtained to indicate the competitive factors involved. Objectifies giving a solution to all the doubts about de advantages and disadvantages of its use, according to the social purposes aimed by the government, such as decrease of the bureaucratic characters, costs reduction, system increase, flexibleness, publicity and, mainly, transparency in the contracting procedures made by the Government. At last, this work brings signs that the Public Administration has been effective in achieving its goals by the reduction of prices, targets and human resources, as well as, the increase of suppliers and entities that use the system.

Diante de regra constitucional expressa (art. 37 XXI) e normas legais e infralegais, é inconteste que a terceirização no âmbito da Administração Pública é perfeitamente viável. Todavia, ela só pode ocorrer nas chamadas atividades-meio, dado que as atividades-fim estão reservadas para a execução direta dos

agentes públicos. Para disciplinar a matéria, que se materializa por intermédio da contratação de serviços, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento editou a Instrução Normativa nº 02/2008, considerada a mais importante ferramenta para celebração desses tipos de contrato pela Administração Pública Federal. A presente obra, de autoria do Prof. Sidney Bittencourt, busca esclarecer todas as nuances dessa importante questão técnico-jurídica, apresentando ao público leitor comentários a todos os artigos dessa IN.

O presente artigo aborda o conceito e condicionantes específicos da inexigibilidade de licitação na contratação pública de artistas na forma da Lei 8666/93 e doutrina majoritária. Realizou-se um pesquisa bibliográfica considerando as contribuições de autores como Hely Lopes Meirelles (2006), Celso Antônio Bandeira de Mello (2011) e Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2011), entre outros. Transcreverá acerca do posicionamento dos órgãos de controle externo, especialmente a Corte de Contas do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A análise do tema apontará as condicionantes supralegais trazidas á baila pelos diversos agentes e atores envolvidos nos procedimentos internos e externos da inexigibilidade de licitação. Trata-se de um assunto de extrema importância dentro da organização do arcabouço administrativo, visto que o Procedimento Licitatório é uma ferramenta fundamental dentro da gestão pública, afetando diretamente todas as áreas dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

Pregão presencial e eletrônico

Bases Constitucionais Da Administração Pública

A Constituição E O Regime Diferenciado

Lei

português

Coletânea de legislação para realização de licitação e contrato

Estudantes de Concurso Público

PARA TODOS(AS) QUE IRÃO ASSUMIR UM CARGO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA, TANTO NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL. GOVERNADORES, SECRETARIOS, PREFEITOS, DIRETORES E TAMBÉM UNIVERSITÁRIOS, CONCURSANDOS PARA CARGOS NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS. EXPLANAÇÕES PPA, LDO, LOA, LICITAÇÕES, GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO ETC

Inexigibilidade de Licitação na Contratação de Artistas

Comentários À Lei 8,666/93 : com as Alterações Promovidas Pela Lei 8.883/94

Resumão Lei 8.666/93 - Licitação

comentários à Lei 8,666/93 alterada pela Lei 8,883/94

Lei no. 8,666, de 21/06/93

lei8666/93